

Entre suspiros e lágrimas: Nísia Floresta e José de Alencar

Between sighs and tears: Nísia Forest and José de Alencar

Gislene da Silva¹

Fani Miranda Tabak²

Resumo: O artigo em questão analisa a escrita de Nísia Floresta, comparando-a com a prática indianista de seu tempo, repensando seu lugar enquanto escritora. Compara-se seu poema épico ao romance de José de Alencar, especialmente no tratamento dado ao índio.

Palavras-chave: indianismo; Nísia Floresta; romantismo.

Abstract: This article discusses the creative writing of Nísia Floresta, comparing it to the Indianist practice of her time, rethinking her place as a writer. We compare her epic poem with the novel by José de Alencar, especially about the treatment of the Indians.

Key-words: Indianism; Nísia Floresta; romanticism.

Nas palavras de Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mocambos*, o nome de Nísia Floresta figura como uma presença escandalosa em meio às *sinhazinhas dengosas* do século XIX. Dona de uma escrita vigorosa, Nísia Floresta Brasileira Augusta emerge como uma mulher única em seu tempo. Nascida na província de Papary, no Rio Grande do Norte, em 1810, viveu ali até à sua adolescência; em 1849 partiu para a Europa, onde viveu por quase trinta anos, tendo viajado e vivido em diversos países, relacionando-se com a intelectualidade europeia, voltando ao Brasil somente duas vezes naquele período. Nísia faleceu em 1885 em Rouen, na França.

Dentre os inúmeros textos que Nísia escreveu ou traduziu, “A lágrima de um Caeté”, poema épico, destaca-se pela forma especial que com se insere no

¹ Mestranda pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP-Araraquara atuando na área de Análise Linguística - Morfofonologia. Graduada no curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro, tendo atuado como bolsista de iniciação científica na área de literatura brasileira.

² Professora Doutora da UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais – Departamento de Estudos Literários. Uberaba – MG – Brasil. 38065-360 – fanitabak@hotmail.com

contexto romântico indianista. Apesar de ser um poema épico, a contemporaneidade do argumento histórico em seu contexto de publicação deve-se ao fato de tratar da Insurreição Praieira, revolta que naquele momento palpitava entre os liberais. Considerando que o tema histórico político era contemporâneo ao mesmo, a sua análise crítica desde sempre privilegiou esse aspecto em detrimento da questão indígena da qual o poema também, e fundamentalmente, trata.

O poema de Nísia Floresta sofreu diversas intervenções, especialmente quando foi publicada a terceira edição em 1938, em que Aduino da Câmara e Modesto de Abreu consideraram-no como um “texto menor” no conjunto da obra nísiana, como cita Constância Lima Duarte (1997, p. 2). Tais críticas devem-se ao fato do poema tratar de dois dramas: o do índio brasileiro explorado pelo colonizador português e o dos liberais praieiros. Difícil não recordar o ensaio de Eliot (1997, p.58), escrito em 1944, que reflete sobre o conceito de “poesia menor”. Ainda que a crítica brasileira esteja atrelada à convenção de uma poesia tradicionalmente masculina, fica evidente que se nas palavras de Eliot essa poesia estaria atrelada à conquista de um espaço (pensado a partir da função das antologias para o conhecimento de um autor novo), neste caso a conquista do espaço feminino é eminentemente político. Ou seja, Nísia Floresta reclama o seu direito de intervenção política através da composição de um poema épico.

Curioso observar como Nísia trabalha as duas temáticas, do índio e dos liberais, como se os acontecimentos fossem simultâneos. No poema, uma fusão temporal acompanha eventos que estão separados por um longo período de tempo, quase trezentos anos, – a colonização portuguesa e a Insurreição Praieira – apresentando-se quase paralelamente e os liberais seriam os descendentes daqueles indígenas explorados e Nunes Machado o herói desses povos. Fundamentalmente, os liberais seriam o produto da exploração indígena e carregariam na sua revolta o resquício da indignação frente à exploração que sofreram.

Ao erguer um índio singular em seu poema, bastante diverso daquele descrito pelos seus contemporâneos, a autora concebe uma nova ordem racional ao elemento indígena, demonstrando a sua efetiva consciência na luta dos liberais praiieiros. Em seu poema, a concepção de um índio obediente e submisso é desconstruída, já que agora ele não é mais um vencedor amansado, e sim alguém que luta pela sua liberdade e pelos seus direitos. Diferentemente de Peri, o Caeté é alguém que não aceita pacificamente a sua condição de derrotado, mas que empunha armas e luta para modificar a sua condição. Encontramos ainda, no poema, a clara negação dos valores de uma colonização civilizatória ilustrada, já que:

A proposição de uma colonização com vistas ao caráter educativo do gentio é aqui contrariada pelo verso “Nenhum grau possuís! Perdestes tudo”. A dinâmica da dominação exposta pela narração do poema desnuda o caráter nefasto da usurpação e a necessidade do controle para aniquilamento da cultura em favor do branqueamento da raça. (TABAK, 2015, p.286)

O poema de Nísia antecipa, ainda, uma visão crítica que seria depois abandonada no projeto indianista de Alencar. Ao aproxima-lo ao romance *O Guarani*, de José de Alencar, percebemos a distância que os separa. N’*O Guarani*, o protagonista, Peri, para estar sempre próximo da sua senhora, seu afeto e alvo de admiração, Ceci, se sujeita a aceitar os costumes dos brancos, chegando inclusive a abdicar dos seus próprios costumes, da sua família, da sua identidade e tudo mais para fazer parte do círculo de relações da família Mariz. Assim como os Caetés, que encontraram nos brancos a exploração, a destruição, a morte e todas as piores formas de relação que se possa estabelecer entre brancos e índios, sendo vencidos pela fúria e pela ganância dos brancos, Peri também é um índio vencido, neste caso por opção, já que o protagonista do romance de Alencar escolhe estar ao lado dos Mariz e, principalmente, da sua senhora. A diferença entre os Caetés e Peri reside no fato de que os Caetés veem morrer a sua identidade não por uma escolha, mas

por sofrerem pelas mãos dos brancos as piores atrocidades. No caso de Peri, a perda da sua identidade acontece pela comunhão do índio com o europeu, que encontra o seu ponto alto quando o índio aceita a religião dos brancos, para ser digno de estar ao lado de sua senhora.

A Insurreição Praieira

A Insurreição Praieira, último dos movimentos autonomistas, federalistas do Império, foi um movimento de caráter popular, político e liberal, que teve como estopim a insatisfação do povo pernambucano devido à dominação portuguesa do comércio e às oligarquias latifundiárias, que se tornaram o terror de algumas regiões. A província de Pernambuco estava dominada pelos grandes latifundiários e a monocultura aliada à grande propriedade rural causava o entrave da economia na província. Com a dominação do comércio pelos portugueses, a rivalidade entre brasileiros e portugueses aumentava. O início da revolta se deu quando, no primeiro aniversário da Abdicação, elementos lusitanos da tropa de Pernambuco revoltados com a Regência se fortificaram no Arco da Conceição e tomaram as fortalezas de Brum e do Buraco, então no dia 26 de junho de 1848 o povo do Recife fez a sua justiça aos portugueses e tomou a cidade.

O Partido da Praia era um partido norteado por sólidos princípios ideológicos de caráter democrático-burguês, e estava capacitado a levar a cabo uma revolta caracteristicamente burguesa. O chefe do partido era Chichorro da Gama, mas o seu líder era Nunes Machado. O órgão do partido era *O Diário Novo*, que foi publicado durante cinco anos e teve uma tiragem de 2000 exemplares. Além do Partido da Praia, havia um pequeno, mas influente, grupo de republicanos liderado por Borges da Fonseca. A tendência da burguesia pernambucana era para a República, um governo que não teria a intervenção da nobreza territorial.

O movimento teve início em sete de novembro de 1848 e o seu primeiro Manifesto ao Mundo data de primeiro de janeiro de 1849. Enquanto os

primeiros cartuchos da Insurreição Praieira eram queimados na Maricota³, diversas proclamações revolucionárias eram espalhadas nas ruas do Recife pelos liberais chamando o povo às armas, com isso o governo determinou o recolhimento imediato das armas dos oficiais demitidos. Nesse momento, quando as forças liberais e a tropa do governo se refaziam das perdas sofridas no Muçupinho⁴, o líder Nunes Machado chegou do Rio de Janeiro, e com todo o seu prestígio popular tentou conter os elementos da Praia e evitar uma insurreição, no entanto o governo espalhou notícias de que o líder da Praia estava a favor do governo e contra a Praia. O boato gerou tamanha repercussão, que Nunes Machado indignou-se, deixou de lado os seus propósitos de paz e se colocou definitivamente ao lado do movimento.

O Manifesto ao Mundo, programa político da Praia, trouxe ao movimento diversas repercussões. A preocupação principal do documento era com os cidadãos e as suas liberdades, tão importantes numa democracia, tal qual a liberdade de imprensa. Os liberais buscavam o sufrágio universal, estendendo o direito de voto a todos os cidadãos adultos, ao invés de limitar esse direito aos proprietários, como fazia a Constituição do Império. Esses documentos levaram os gabirus a acusarem os liberais de republicanos, separatistas e inimigos do Imperador. Atendendo ao chamado dos deputados, as várias tropas marcharam para o sul, Nunes Machado e Vilela Tavares chegaram ao Recife. As forças policiais informadas da sua chegada por uma denúncia varejaram uma casa onde suspeitavam que os deputados estivessem, o que não causou mais que a revolta dos populares, já que os representantes da Praia estavam salvos num sítio.

O entusiasmo revolucionário foi o grande motivo que levou as tropas a se movimentarem tão rapidamente de Água Preta ao Recife. Mas o presidente Tosta chamou para o Recife a Guarda Nacional e a tropa do capitão Argolo Ferrão, que estava em Iguaraçu. O combate da Soledade teve como resultado o gasto de quatro mil cartuchos das forças do governo, um avanço de poucos metros das tropas da Praia e a morte de seu líder, Nunes Machado, como cita Carneiro (p. 109). Com isso a desagregação do movimento se deu rapidamente

³ Povoado de Pernambuco onde aconteceu a primeira batalha da Insurreição Praieira.

⁴ Povoado de Pernambuco onde aconteceram batalhas da Insurreição Praieira e que em 1948, pela Lei Estadual nº 421, recebeu o topônimo de Abreu e Lima.

e a derrota nas ruas de Recife colocou um fim na Insurreição. A situação difícil em que se encontravam as forças da Praia abalou a combatividade e a resistência dos chefes do movimento. Cinco meses após o seu início em Olinda, a insurreição liberal, o movimento autonomista da praia, estava esmagada. Com o fim da Insurreição Praieira, o governo Tosta não desejava punir os praieiros, mas sim castigá-los. Os líderes praieiros foram condenados à prisão perpétua, mas com a pacificação da província, lhes foi concedida a anistia, para reparar a injustiça cometida. Com o fim da Insurreição Praieira, chega ao fim também o ciclo de movimentos populares que teve início com a Independência.

As lágrimas derramadas em meio ao indianismo brasileiro

Para entendermos melhor o porquê das lágrimas derramadas pelo caeté no poema épico de Nísia, é necessário voltar à colonização portuguesa no Brasil.

Baseados na unidade retórico-política e teológica, em que os escritores sempre se amparavam para a dilatação da fé, os registros históricos e literários deixam evidente o exercício do político nos habitantes da terra colonizada, visto que era preciso ampliar os fiéis, pois as ideias luteranas e calvinistas estavam se propagando na Europa. Como verificamos nas palavras de Pero Vaz de Caminha, na sua famosa Carta, o melhor ganho a se fazer na terra recém-conquistada seria a conversão dos gentios.

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E portanto se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa tenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente esta gente é boa e de bela simplicidade. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu bons corpos e bons rostos, como a homens bons. E o Ele nos para aqui trazer creio que não foi sem causa. E portanto Vossa Alteza, pois tanto deseja acrescentar a santa fé católica,

deve cuidar da salvação deles. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim!

Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter Vossa Alteza aqui esta pousada para essa navegação de Calicute bastava. Quanto mais, disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa fé!(referencia)

Sabemos, no entanto, que essa conversão não foi feita de maneira pacífica, muitas foram as batalhas travadas contra os índios e especialmente contra os Aimorés, que se destacaram pela rebeldia e forte organização militar, chegando inclusive a serem descritos como animais selvagens que comiam a carne humana dos seus inimigos por prazer vicioso.

No processo de colonização fica claro o assujeitamento que a metrópole impõe às colônias, em que a cultura e os costumes tidos como elevados são inseridos nas terras conquistadas sem considerar a própria cultura dos povos que ali moravam antes da chegada dos europeus, levando, muitas vezes, ao desaparecimento dessa cultura.

O processo vivido no Brasil colônia de submissão imposta aos índios ganhou contornos coloridos durante o advento do Romantismo, uma vez que a representação da subjetividade, postulada enquanto entidade metafísica, ergueu mitos em relação aos processos civilizatórios. Na execução de paralelos entre sentimentos e estados da natureza, a metáfora fundamental fundava-se sob a ideia de paisagem e estado de alma:

“O primeiro – e menos complexo – grau de alheamento do eu lírico em face do cotidiano e da trama social dá-se, em geral, na busca de paralelos entre sentimentos e aspectos da natureza. A metáfora romântica mais simples é sempre a que se funda sobre alguma correlação entre paisagem e estado de alma. Os textos de Gonçalves Dias, por exemplo, não costumam ultrapassar esse modo de expressão pelo qual o sujeito e o céu (o sol, a noite, o mar...) ocupam espaços contíguos de uma linha animista.” (2008, pp. 243-244)

Nessa direção, o romantismo brasileiro revestiu a construção de uma literatura nacional com a representação do espaço enquanto extensão do

indivíduo, figurando estabelecer uma tomada de consciência da importância em edificar as noções de identidade e cultura, pondo como protagonistas das histórias indivíduos tipicamente brasileiros, a fim de demonstrar a vida do povo brasileiro.

Como movimento idealista, o Romantismo brasileiro pinta o quadro de um Brasil colônia à imagem e semelhança da comunidade feudal europeia, aparece quase que em estado puro n' *O Guarani* de José de Alencar, como aponta Bosi (p. 239). Neste mesmo romance, a natureza aparece como elemento especular fundamental para a sua existência. As páginas que abrem o romance *O Guarani* descrevem a paisagem que cerca o solar dos Mariz, um cenário soberbo, carregado de aspectos que compõem uma hierarquia de senhor e servo (BOSI, p. 239).

As páginas iniciais do romance alencariano, ao descreverem o curso do rio *Paquequer*, funcionam como metáfora de antecipação das relações sociais que, mais tarde, serão estabelecidas entre o selvagem e os brancos, como fica claro no seguinte trecho:

Dir-se-ia que, vassalo e tributário desse rei das águas, o pequeno rio, altivo e sobranceiro contra os rochedos, curva-se humildemente aos pés do suserano. Perde então a beleza selvática; suas ondas são calmas e serenas como as de um lago, e não se revoltam contra os barcos e as canoas que resvalam sobre elas: escravo submisso, sofre o látego do senhor. (1979, p. 11)

Assim como o rio, que desaguando perde a sua beleza selvagem, Peri, ao relacionar-se e submeter-se às vontades dos seus senhores, perde quase por completo a sua identidade indígena, visto que o protagonista do romance busca todas as formas possíveis de aproximar-se e ser aceito pelos seus senhores. Em uma comunhão entre vassalo e suserano é que a relação entre Peri e os Mariz se estabelece. O índio se sujeita aos costumes, vontades e chega inclusive a abdicar das suas crenças para estar perto da sua senhora, Ceci.

Da mesma maneira como as páginas iniciais do romance alencariano descrevem a paisagem do solar dos Mariz de forma a representar a

consonância entre a natureza e as relações que serão estabelecidas entre índios e brancos, os versos iniciais do poema de Nísia Floresta antecipam a realidade dos Caetés, que no “vagar solitário” já mostra a situação da figura indígena que será retratada na sua obra: um índio desprotegido, desamparado, que triste observa a sua terra:

Lá quando no Ocidente o sol havia
Seus raios mergulhado, e a noite triste
Denso ebânico véu já começava
Vagarosa a estender por sobre a terra; [...]
Vagava solitário um vulto de homem,
De quando em quando ao céu levando os olhos
Sobre a terra os volvendo... (p. 35)

Diferentemente do índio alencariano, que se conforma passivamente em abrir mão da sua cultura, dos seus costumes e das suas origens para estar próximo ao branco, o índio de Nísia não se conforma com as perdas sofridas, mas olha para o que restou com tristeza e saudade. A nostalgia da infância, tema tão caro ao romantismo, aqui se torna nostalgia de um território já perdido:

Não era um homem destes o que lá
Solitário vagava meditando,
Como aquele, que busca uma lembrança,
Uma idéia chamar, que lhe recorde
Um fato anterior da vida sua,
Vivamente um lugar que já foi seu,
Do qual o Despotismo o despojara... (p. 36)

Nesse sentido, vemos que *A lágrima de um Caeté* e *O guarani* se aproximam em alguns aspectos, mas diferem em muitos. Se o tema comum é

o indígena, a realidade a que o índio está submetido, no entanto, é bem diferente. Em um a submissão é condição alienante de pertencimento ao meio e adequação a ele, em outro o inconformismo cria a tensão que tem com o seu mundo. De acordo com Moreira (2011, p. 194):

Ferdinand Denis propõe uma ordem interna à representação da história da literatura brasileira, constituindo a paisagem como eixo que retrospectivamente une os poetas e escritores do presente àqueles do passado, já que os autores da América portuguesa ou do chamado período colonial das nossas Letras “cheios de entusiasmo pela aprazível região que contemplavam, não podiam deixar de exaltá-la.

Portanto, se era comum a representação de elementos da natureza se fundindo aos personagens indígenas como elementos exuberantes, Nísia subverte essa tendência, de forma que o protagonista do seu poema vê a natureza circundante de forma diferente, como algo que já não lhe pertence mais, devido à situação em que se encontra e por tudo o que perdeu com a chegada do colonizador.

Não se deve esquecer, no entanto, que o indianismo de Alencar correspondia a um estado de espírito nacional, atrelado ao nosso romantismo e que contribuiu para a conscientização do vínculo existente entre passado, presente e futuro. Vale lembrar que Alencar foi um dos grandes responsáveis em colocar a figura do índio em voga, mesmo que de forma idealizada. Para concretizar o sentimento nacionalista, nada mais natural do que buscar os elementos que formavam a nação no sangue, nas tradições, nos sentimentos e aspirações comuns a todos, e não havia ninguém melhor que o índio para encarná-los e projetá-los livremente, tornando sinônimas as palavras Romantismo, Nacionalismo e Liberalismo (LINHARES, 1987, p. 87).

Alencar, no seu indianismo autêntico, como aponta Linhares (1905, p. 88) contava ainda com outro elemento que reclamava referência – a escravidão – que forçava a exclusão do negro como matéria literária, devido às condições culturais, fruto de um país que havia se tornado independente havia pouco, colocar em voga a valorização do negro e da sua cultura era algo absurdo e chocante.

Apesar do desenvolvimento de uma temática indígena por Alencar, que buscou no passado os personagens para os seus romances indianistas, verificamos-lhe um claro desinteresse pelo índio do seu tempo, como aponta Bastos no seu artigo, visto que há um hiato temporal entre Alencar e os índios personagens dos seus romances. O autor não é citado nem se posiciona em momento algum quando das discussões sobre as injustiças cometidas contra os índios. Em pleno século XIX ainda havia tentativas de colonização forçada aos indígenas, e um exemplo claro é a “guerra justa” travada contra os *Botocudos*, em Minas Gerais, que se opunham à invasão do seu território. É estranho pensar que, o Alencar sempre combativo, que chegou inclusive a defender as suas ideias sobre a escravidão dos negros, não se tenha posicionado em relação aos debates sobre a situação dos índios.

Se a intenção de Alencar não foi de exaltar o índio e colocá-lo como superior ao colonizador branco, mas fazê-lo um participante do processo de formação da identidade brasileira, então seria mais prudente, como indica Bastos, que Alencar trouxesse para o primeiro plano não o índio contemporâneo, mas o índio vigoroso dos primeiros momentos da colonização, que se adequaria melhor à idealização. Assim podemos entender os motivos que levaram Alencar a não mencionar o índio do seu tempo, alvo de discussões no século XIX.

Índio ou fantoche?

Para darmos início ao estudo da formação da representação da figura indígena na literatura brasileira, acompanhando as reflexões de Luzia Aparecida Oliva dos Santos, em sua tese de doutoramento, devemos partir de alguns questionamentos que nortearão os nossos estudos: quais as perspectivas que diferem e aproximam os termos “Indianismo” e “Indigenismo”? Quais estratégias são usadas para representar o indígena frente ao colonizador?

Para entendermos como a imagem do indígena é construída na literatura brasileira, devemos voltar às primeiras manifestações literárias em solo brasileiro, às crônicas, à literatura de viagem ou de informação, em que o principal objetivo era descrever a nova terra com ares de Éden, sob o olhar de homens guiados pela tradição, interpretando-a de acordo com as suas experiências. Essa literatura, que continha as primeiras impressões sobre os habitantes da terra recém-conquistada, vai legar às suas gerações futuras imagens que vão se espalhar pelos textos ficcionais, como observa Santos, e vão ocupar a temática de grandes obras literárias em todos os períodos históricos, fruto do valor histórico e pela simbologia a respeito do homem natural e da terra americanos.

Foi a partir da chegada dos europeus em solo americano que começou a se formar um conjunto de mitos e visões contraditórias a respeito dos habitantes da terra recém-descoberta. Diante dessas ideias distintas, produziu-se um material farto, produto de cronistas e viajantes que descreviam a realidade sob o olhar de quem chegou aqui com a intenção de explorar.

Os textos produzidos no período colonial, hoje considerados as primeiras manifestações literárias brasileiras, são de grande valor histórico e literário para o nosso país. Apesar do teor descritivo, informativo e educativo de tais escritos, eles não perdem a sua característica literária, já que a concepção de literatura e a sua finalidade não é a mesma ao longo do curso da história da humanidade.

A colonização foi a responsável pela abertura dos caminhos para as narrativas que tratavam da cultura primitiva existente no território e do seu habitante. Sob o olhar do colonizador europeu, os índios eram bárbaros e precisavam ser domesticados, por não terem a sua fé deveriam ser catequizados e devido ao seu grande número, seriam mão de obra abundante. A imposição da cultura europeia não foi realizada de modo pacífico, já que não conheciam a cultura e os hábitos desses povos, “horrores foram impressos com pele e sangue nas páginas dos cronistas que se dedicaram a sistematizar a ação do colonizador”, nas palavras de Santos. Os índios foram vítimas da

morte física, pelo número de pessoas assassinadas, e da morte cultural, já que viram a cultura europeia substituir a sua, sendo impostos costumes e a religião do povo invasor.

O *indianismo* é uma retomada da temática indígena sob moldes românticos, em que o índio é representado como herói, a partir de diversas perspectivas devido ao estilo e à ideologia da época. Assim, na literatura do Romantismo, diferente das manifestações literárias coloniais, o índio, quando protagonista, aparece não como uma figura bestial, que necessita ser domesticada, mas como o homem puro, o *bom-selvagem*, não corrompido pela sociedade. Juntamente com o sentimento nacionalista que havia sido despertado após a Independência e que se fortaleceu no Romantismo, era preciso buscar a origem do brasileiro, e essa origem pode ser encontrada na figura do índio, como um dos componentes da cultura e da nação genuinamente brasileira.

Se na obra de José de Alencar, *O Guarani*, o índio protagonista, Peri, é representado como um homem bom, capaz de sacrificar a sua vida pelo seu senhor, existe também outra face representada pelos Aimorés, inimigos dos brancos e da tribo de Peri, que ainda conservam a imagem bestial, sanguinária quase animais, como percebemos nos trechos seguintes:

Ora, o índio conhecia a ferocidade desse povo sem pátria e sem religião, que se alimentava de carne humana e vivia como feras no chão e pelas grutas e cavernas; estremecia só com a idéia de que pudesse vir assaltar a casa de D. Antônio de Mariz. (O Guarani, 1979, p. 76)

Homens quase nus, de estatura gigantesca e aspecto feroz, cobertos de peles de animais e penas amarelas e escarlates, armados de grossas clavas e arcos enormes ameaçavam soltando gritos medonhos. (1979, p. 208)

Assim a descrição dos índios sofre alterações de acordo com a relação estabelecida entre eles e os brancos. Quando inimigos, os índios são descritos como figuras animaisculas cuja essência humana é mínima, mas quando próximos dos brancos, habituados ao convívio pacífico, em que uma relação de senhorio é estabelecida entre índios e brancos, os indígenas são descritos

como criaturas pacíficas, capazes de se adquirirem a educação e a religião dos brancos, mas nunca são postos na mesma escala social, mesmo que civilizados.

Essa tentativa de construção de uma literatura puramente brasileira, baseada no indígena como herói nacional e na natureza exuberante, produziu uma realidade artificial ao tentar incorporar à situação brasileira a temática da Idade Média. De antropófago e bárbaro, o índio passou a fundador da nação brasileira na confraternização com o não-índio, como cita Santos.

Em outra vertente, fora do idealismo romântico, encontramos o *indigenismo literário*, e os textos que são portadores de uma visão mais próxima do que seria o índio e seu estado natural possuem recursos para se incluírem nessa categoria. O *indigenismo* é responsável por desenhar o índio na sua forma natural de ser, com os seus costumes, cultura, vícios, representados numa ótica mais próxima da real, sem idealizações ou complexos de heroísmo.

Os textos coloniais, como a Carta de Pero Vaz de Caminha e os textos do Padre Anchieta, são os “fornecedores dos temas e imagens de que se valeram tanto os indianistas como indigenistas da literatura brasileira” (ÂNGULO, 1988, p. 11 apud SANTOS, 2008, p. 30). Pelo seu caráter histórico e literário e por serem os principais registros sobre a população indígena encontrada pelos portugueses, os textos coloniais são as bases mais sólidas utilizadas pelos escritores que buscaram no índio do passado brasileiro o personagem principal de suas literaturas. Os textos coloniais são os únicos registros que descrevem a figura indígena, seus hábitos, suas relações, etc. No entanto, tais registros devem ser tomados como fonte para a literatura, mas com cautela, visto que, por possuírem procedimentos retóricos fundamentais, e por terem sido produzidos por europeus, cuja visão de mundo era completamente diferente dos índios, muitas vezes não correspondem à realidade.

Na visão indianista do índio brasileiro, tomando como base a ideia do “nobre selvagem”, verificamos que há um claro fetichismo na sua

caracterização. Como aponta Hayden, o fetichismo pode ser entendido por três sentidos sendo eles “crença em poderes mágicos, devoção extravagante ou irracional e deslocamento patológico do interesse e satisfação libidinosos para um fetiche” (HAYDEN, 1994, p. 204). O fetiche pelo selvagem, portanto, torna-se muitas vezes responsável pelas distorções nas descrições dos nativos, que tantas vezes enfatizam as transgressões de tabus considerados como invioláveis pelos europeus da época, como a nudez, comunhão da propriedade, anomia, promiscuidade sexual e canibalismo (HAYDEN, 1994, p. 208). Esse espanto pelos hábitos dos indígenas causado nos europeus pode ser uma projeção de desejos reprimidos na vida dos nativos, tais como as referências à saúde e à longevidade, como sugere Hayden em seu ensaio (1994, p. 208).

“O fato de certas tribos do Novo Mundo estarem organizadas segundo linhas matrilineares, em vez de patrilineares, apenas exacerbava as ansiedades menifestamente sexuais dos europeus, revelados de modo mais imediato no terror que tinha, (ou nas fantasias que faziam) das práticas incestuosas e canibalísticas. Essas fantasias, podemos supor, são sublimações de um idílio de consumo irrestrito, oral e genital, e a sua alternativa, a necessidade de destruir o que não se pode consumir.”

Podemos considerar então a colonização como uma tentativa de erradicação daqueles hábitos indígenas tão distantes da realidade europeia através da guerra e do extermínio, por outro lado encontramos também a tentativa do processo de continuidade das características indígenas que mais se aproximavam dos colonizadores, através da atividade missionária e da conversão. A ideia de nobreza do selvagem, retomada pela literatura brasileira séculos depois da colonização, pode ser entendida sob a perspectiva fetichista da devoção e as obras indianistas dos escritores do Romantismo são o resultado dessa devoção.

Referências:

AUGUSTA, Nísia Floresta Brasileira. **A lágrima de um Caeté**. Organização de Constância Lima Duarte, 4 ed. Natal: Fundação José Augusto, 1997.

BASTOS, Alcmeno. **Alencar e o índio do seu tempo**. Disponível em: Revista da Universidade Federal do Rio de Janeiro: O eixo e a roda: v. 21, n. 2, 2012.

BOSI, Alfredo. **Imagens do Romantismo no Brasil**. apud GUINSBURG, Jacob (Org.). **O romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CARNEIRO, Edison. **A Insurreição Praieira (1848 - 1849)**. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

LINHARES, Temístocles. **História Crítica do Romance Brasileiro: 1728-1981**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

MOREIRA, Marcelo. **Ferdinand Denis, Almeida Garret, Gonçalves de Magalhães e algumas notas sobre a descrição na Literatura Brasileira do século XIX**. apud ALVES, Ida; BESSONE, Tânia Maria; HUE, Sheila; PINTO, Madalena Vaz; SANTOS, Gilda (org.). **D. João VI e o oitocentismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2011.

SANTOS, Luzia Aparecida Oliva dos. **O Percorso da Indianidade na Literatura Brasileira**. Tese para doutoramento em Letras apresentada na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. São José do Rio Preto, 2008.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura**; Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.

Artigo recebido em 18/11/2015

Artigo aceito em 18/04/2016